

***Rascunhos de história imediata:
de monarquistas e republicanos
em um triângulo de cartas***

Ângela de Castro Gomes

As primeiras décadas do regime republicano no Brasil, bem como a própria Primeira República, vêm ganhando o crescente interesse dos historiadores, que têm retomado o período numa chave distinta daquela que o consagrou como a República Velha. Uma fórmula que, não casualmente, foi sustentada e propagada pelos ideólogos autoritários das décadas de 1920 a 1940, com destaque durante os anos do Estado Novo. Ou seja, um tipo de interpretação que, grosso modo, entende esse primeiro período do regime no país como um total fracasso político, e que o qualifica, em bloco, como um experimento que não fez jus nem a seu passado imperial, nem a seu futuro do pós Revolução de 1930. Isso porque, nessa república, não se teriam realizado os projetos mais caros aos liberais avançados da virada do século XIX para o XX, colocando-se em risco a unidade nacional e ignorando-se as reformas sociais para inclusão da população negra, por exemplo. Além disso, a República Velha teria se excedido na adoção da fórmula federativa, copiada dos EUA e vivenciada de maneira danosa e equivocada, o que não só comprometera definitivamente o próprio liberalismo no país, como nos desviara do caminho centralizador já apontado pela monarquia. Por fim, toda a elite político-intelectual do período, em suas várias correntes, teria falhado completamente no campo simbólico, pois não conseguira construir um imaginário republicano ou criar um sentimento cívico de amor à nova pátria.¹

Em tal interpretação, portanto, a Primeira República aparece como uma espécie de interregno no curso da história do país que, a despeito de uma série de dificuldades e problemas, sempre reconhecidos pelos analistas, seguia uma rota, tanto antes do episódio da proclamação, em 15 de novembro de 1889, quanto depois da revolução de 3 de outubro de 1930. Tomando-se essa interpretação como um estimulante ponto de partida para se repensar o período, este artigo procura realizar uma incursão sobre as primeiras décadas do regime republicano (o momento anterior à Primeira Guerra), adotando-se como ângulo de visão a vivência e a reflexão realizadas por alguns atores/intelectuais privilegiados.

Para tanto, pretende-se utilizar um tipo de fonte que pode ser caracterizada como integrando um conjunto de produtos culturais chamados, geralmente, de efêmeros. Ou seja, não se estará trabalhando com as interpretações que alcançaram o suporte do livro – indicador de maior acabamento e desejo de duração no tempo –, mas sim com aquelas que, já no espaço de sua produção, tinham objetivos e sentidos mais imediatos. Basicamente, um razoável conjunto de documentos que abarca a correspondência privada, os artigos escritos para periódicos e alguns discursos ou assemelhados. Um tipo de documento que combina exercícios de produção do “eu” e de persuasão política dos outros (e

de si mesmo), ambos muito praticados e valorados por intelectuais que ainda não traçavam fronteiras rígidas entre sua formação nos campos da política e das letras, e que, em boa parte, viviam do jornalismo, comunicando-se por cartas.

Nesse sentido, foram escolhidos três intelectuais, diplomatas e também políticos que, tanto participaram da construção de uma escrita da história do Brasil, quanto atuaram para os rumos do curso dessa história, ocupando posições de destaque no Itamaraty. São eles: José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco (1845-1912), Joaquim Nabuco (1849-1910) e Manuel de Oliveira Lima (1867-1928). O objetivo de fundo do artigo é relacionar os movimentos dessa tensa conjuntura com as avaliações elaboradas “imediatamente” por esses atores/historiadores, para então aproximá-las dos projetos efetuados no campo da escrita da história, que sofria os abalos e as disputas decorrentes da incerteza política dominante.

Duas são as idéias que se quer defender dialogando com a literatura sobre o período. Em primeiro lugar, a de que a escrita da história que se realiza sob o impacto das lutas políticas e simbólicas do início da República, é fundamental para a constituição do campo da historiografia brasileira. Nesse momento, introduzem-se e rearranjam-se acontecimentos e personagens; produzem-se debates e interpretações que se consagram; e estabelecem-se certos parâmetros sobre a forma de narrar a história da nação. Em segundo lugar, a de que seria conveniente relativizar a proposição segundo a qual a Primeira República fracassou inteiramente no empreendimento de criar um imaginário cívico conforme a seus projetos políticos. Para tanto, no que diz respeito aos interesses específicos deste artigo, é necessário entender melhor que tipo de escrita da história do Brasil está então sendo proposta, e que estratégias as elites republicanas estão desenvolvendo para a construção de seu passado e seu futuro, especialmente após o encerramento dos dois primeiros governos militares. Dessa forma, pode ser útil reter que o novo regime tem na Assembléia Nacional Constituinte de 1891 e na montagem da “política dos governadores” de Campos Sales seus dois pactos instauradores, e que os processos de construção de um imaginário nacional se fazem por negociação e apropriação de tradições, mesmo no caso das tradições inventadas. A criação (ou recriação) de uma história e memória nacionais, pois é disso que se trata, nunca parte de uma folha de papel em branco, não sendo nem arbitrária, nem ingênua.

1. Rascunhos de história imediata

Já existem muitos estudos sobre tais personagens das letras e da política do país, com ênfase em Rio Brando e Nabuco, em detrimento de Oliveira Lima. Portanto, não se pretende fazer no espaço deste artigo, nem uma retomada de suas trajetórias biográficas, nem um balanço da bibliografia produzida sobre os vários aspectos de suas vidas e obras. As duas dimensões – biográfica e bibliográfica – serão retomadas e citadas apenas quando diretamente ligadas ao objetivo do texto, que é o de acompanhar as análises que tais personagens foram realizando sobre o regime republicano, a medida em que ele ia sendo experimentado no país. Para tanto, entre as fontes escolhidas, será privilegiada a troca de correspondência pessoal desenvolvida entre os três, o que abarca um volume de cerca de

230 cartas, cobrindo, aproximadamente e com grande desequilíbrio de regularidade, um es² Paralelamente, como se mencionou, também se recorrerá a textos que fazem análises do momento, geralmente escritas para jornais e revistas e que, interessantemente, podiam assumir a forma de cartas abertas, cujo destinatário não era mais uma pessoa singular, mas um coletivo, um público amplo que devia conhecer e se convencer das idéias dos autores.

O interesse do artigo é colocar em diálogo os diagnósticos e prognósticos que foram sendo realizados por esses três atores, tomando-os como uma primeira reflexão sobre o experimento republicano. Isso significa assumir a perspectiva da incerteza política da conjuntura das primeiras décadas da República, bem como a ótica dos projetos e desejos que tais atores iam construindo e desconstruindo com o passar do tempo, acompanhando-se, assim, as decisões que foram tomando e explicitando para si e para os outros, em suas trajetórias de vida intelectual e política. Do ponto de vista metodológico, por conseguinte, este artigo deseja destacar a importância da correspondência privada e das contribuições para a imprensa como parte essencial da obra de intelectuais desse período, lembrando que tais textos integram de forma substancial a produção de tais autores, quer pelo tempo que consomem, quer pelo investimento que revelam na “produção de um eu”, em situações de grande instabilidade.

O exercício pretende correlacionar a trajetória política da República com as trajetórias individuais dos atores, considerando, obviamente, uma mútua influência entre elas. Por isso, a correspondência e os demais textos analisados estão sendo propostos como rascunhos de uma “história imediata”,³ já que tais intelectuais-diplomatas irão, exatamente nesse período, afirmar-se com a identidade de historiadores em um campo intelectual com fronteiras disciplinares ainda muito fluidas. Dessa maneira, é preciso entender que o próprio perfil de historiador estava em aberto, sendo objeto de debates e disputas, tanto no que dizia respeito ao tipo de produto cultural (em sua diversidade e hierarquia) que caracterizaria o *métier*, quanto ao tipo de atividades profissionais e sociais que conviria a um historiador desenvolver.

O exame da correspondência pessoal trocada entre Rio Branco, Nabuco e Oliveira Lima segue, ao mesmo tempo, um recorte temático e cronológico, que orienta a apresentação do texto em três partes.⁴ A grande questão de fundo é o exame das reflexões tecidas sobre a monarquia e a república no Brasil, seus méritos e deméritos e, sobretudo, os prognósticos que foram sendo construídos sobre as possibilidades ou não de um retorno à monarquia, ou do sucesso ou não do novo regime. Esse tema ganha particular interesse quando articulado a duas outras questões. Em primeiro lugar, a das formas que o pensamento liberal vai ganhando ante a radicalização de confrontos do experimento republicano no Brasil. Em segundo lugar, a de uma pretendida identidade de historiador, o que revestiria as análises então realizadas de uma autoridade que excederia a dos interesses e envolvimento políticos dos autores/atores, igualmente explicitados, mas submetidos ao “rigor” de um tipo específico de ofício. Daí, o vínculo com a formação do campo historiográfico, onde se evidenciam as transformações que a escrita da história do Brasil estava sofrendo e precisava sofrer com o advento da República, o que se relacionava tanto aos acontecimentos da política interna, quanto às diretrizes da política externa.

Ao mesmo tempo, todas essas dimensões estão revestidas das relações afetivas mobilizadas pelos correspondentes, o que pode significar o exercício da sociabilidade numa dupla chave: a da amizade e a do conflito de idéias e sentimentos, em situações identificadas como de crise para o país, para a história e para os próprios indivíduos. Assim, a correspondência é um espaço de sociabilidade rico para a observação de múltiplas transformações nas posições dos três atores, tanto no que se refere às expectativas quanto à monarquia e a república, quanto no que envolve a maior ou menor aproximação entre eles.

Do ponto de vista cronológico, em torno do qual se apresenta o artigo, tais temas serão acompanhados em dois grandes momentos. O dos anos que vão do início da troca de cartas até o fim da década de 1890, ou seja, o da primeira década republicana, chamada por Renato Lessa, com extrema propriedade, de a década do caos.⁵ E o dos anos que decorrem do início do século XX, após a ascensão dos presidentes civis - com a contenção dos conflitos abertos e a montagem da política dos governadores -, até o encerramento da correspondência, já na década de 1910, quando irão falecer Nabuco (1910) e Rio Branco (1912). Nesse espaço de tempo e nesse espaço de sociabilidade, os correspondentes irão empreender deslocamentos variados. Da monarquia à república, atentando-se sempre sobre as características da monarquia e da república que está sendo considerada em suas críticas e adesões. Da amizade pessoal e profissional ao esfriamento e confronto de relações, o que geralmente não é muito explicitado, mas pode ser percebido e utilizado para uma melhor observação do conteúdo das cartas.

2. De monarquistas e republicanos: a década do caos nas cartas de Nabuco ao Barão do Rio Branco

Nesse primeiro momento recortado para análise, as cartas entre os três correspondentes não são muitas. Apenas algumas foram escritas antes do episódio da Proclamação, evidenciando de um lado, a existência do conhecimento e da comunicação entre eles e de outro, um tipo de relacionamento ainda formal.

Esse é o caso das cartas escritas por Nabuco a Paranhos, assinalando a passagem do aniversário da “primeira lei emancipatória”, a chamada Lei do Ventre Livre, em 28 de setembro de 1882⁶, e parabenizando-o, em 28 de maio de 1888, pelo título de Barão, recebido da princesa Isabel. Esta carta começa com um *Viva!*, pois, segundo ele, essa fora das maiores alegrias que tivera com a Abolição: *13 de maio foi a apoteose de seu Pai e V. deve estar orgulhoso!* Junto à carta seguia um pequeno recorte de *O Paiz*, de 20 de maio de 1888, com o “improviso” do Dr. Symphronio Olympio Álvares Coelho, cujo mote fora dado pelo próprio Nabuco. Era o seguinte: *Mote: O governo deu ao filho/ O grande nome do Pai! Glosa: Caiu no meio do trilho/ Sem ver a vitória imensa/ Mas do pai a recompensa / O governo deu ao filho/ De Paranhos, pelo brilho,/ João Alfredo sobressai;/ Paranhos da campanha sai/ De agradecido e encantado/ Por quem deu ao filho amado/ O grande nome do Pai.*⁷

O vínculo entre os amigos de carreira diplomática e ideal abolicionista está estabelecido e bem lastreado nas filiações aristocráticas de ambos, cujos pais (nas cartas sempre com P maiúsculo), o Visconde do Rio Branco e o senador Nabuco de Araújo,

eram figuras reconhecidas do Segundo Reinado. Assim, é esse o momento em que, face à montante da campanha republicana, o compromisso de Nabuco com o regime monárquico vai se explicitando publicamente, causando, inclusive, seu afastamento de ambientes e amigos freqüentados, como é o caso da redação de *O Paiz* e do jornalista e propagandista Quintino Bocaiúva. Em 15 de janeiro de 1889, Nabuco escreve a Paranhos: *Eu deixei O Paiz depois que ele [Quintino] se declarou republicano (...). (...) Ora eu não podia o estar atacando no jornal que ele dirige.*⁸

Portanto, a partir daí o tema da crítica à república começa a dar entrada na correspondência entre os dois, sendo questão marcante durante toda a década de 1890. São muitas as cartas em que Nabuco vai registrando seu estado de espírito e sua avaliação sobre os rumos da política no Brasil, embora sejam poucas as cartas de Rio Branco. Um fato que talvez se explique, ao menos em parte, por um comentário de Nabuco, em carta sem data, enviada de Londres.⁹ Nela, Nabuco não só permite que o leitor compreenda que suas opiniões eram compartilhadas pelo amigo, como inicia a missiva com a frase esclarecedora: *Rasgada e lida a sua excelente carta última.* Um cuidado que se devia a razões de segurança, encaradas como necessárias diante de governos que eram verdadeiras “ditaduras sujas”. Ao que se pode acrescentar um comentário feito em carta anterior, dessa feita enviada de Águas de Lambari, onde ele ficara para se curar de uma dispepsia, durante parte do primeiro semestre do ano de 1890: *Recebi suas duas cartas e não lhe respondi logo por medo do Correio que se revolucionou um tanto com a república. Estamos na época da espionagem e é geral a desconfiança de tudo e de todos.*¹⁰

Uma avaliação que se instaura na correspondência imediatamente após o episódio do 15 de novembro, e que se combina com um prognóstico de inteiro e profundo pessimismo quanto ao futuro. Nesse contexto é que se pode entender sua afirmação de que era mais fácil ser monarquista na República do que durante a própria Monarquia, da qual ele fora um duro crítico, quando em campanha pela Abolição. Ou seja, se esta forma de governo não era perfeita, aquela seria inevitavelmente muito pior, como os fatos apenas começavam a comprovar. Alguns exemplos podem ser úteis, menos pelo que trazem de novidade quanto ao monarquismo de Nabuco, do que pelo que ilustram sobre a linguagem usada para expressá-lo nesse tipo de documento. Na mesma carta de 1890, Nabuco é categórico: *Não creio na possibilidade de uma república. Iremos de tirania em tirania, de despotismo em despotismo, até o desmembramento ou a perda completa da noção de liberdade. É este o nosso triste futuro se algum fato providencial não vier concertar o que foi tão estúpida e brutalmente feito em pedaços em 15 de novembro (...) Por felicidade o nome de seu Pai sobrenada na gratidão de todos os partidos e os Republicanos o aclamam como os monarquistas.*¹¹

O trecho citado condensa duas das ameaças que Nabuco, e não só ele obviamente, acreditava pairar sobre uma experiência republicana na América do Sul, e que podem ser enunciadas como a do federalismo e a do militarismo. Em primeiro lugar, o federalismo que, combinado às eleições dos chefes dos governos estaduais, conduziria à “oligarquização” completa do país, aos personalismos desenfreados e, pior que tudo, à perda da unidade nacional, obra tão cara à Monarquia. É bom recordar, contudo, que Nabuco defendera a adoção do federalismo pela Monarquia constitucional e remarca isso no imediato da Proclamação, em tom de crítica aos políticos do Segundo Reinado, quando escreve, em 7 de dezembro de 1889:

Meu caro Paranhos,

*Estamos em república e V. que conhece bem a história das Repúblicas sul-americanas pode avaliar a via crucis que temos agora que percorrer para recuperar a liberdade e perpetuar a união. A Federação teria ou não salvo a monarquia? Agora pode se ver que sim. Preferiram porém os srs. Ouro Preto e Cândido de Oliveira confiar na guarda nacional e nos empréstimos à lavoura.*¹²

As cartas do início da década de 1890 recorrerem insistentemente à imagem da “paraguaisação” do Brasil, um país “rebaixado” e comparável a outros estados sul-americanos. Por isso, Nabuco afirma que não quer ser cidadão de uma Venezuela, Uruguai, Equador, Argentina, “ou o que quiserem”, pensando em seguir para a Europa.¹³ De uma forma geral, os políticos estaduais são chamados de caudilhos que se estabelecem no poder por meio de farsas eleitorais, cercados de uma “quadrilha de analfabetos”. Quanto a Deodoro, sua imagem oscila entre um “El Supremo” e um “caga pototas”: *Nunca o Imperador recebeu a adulação que fazem ao seu “sucessor”. É uma vergonha sem nome.* Rui Barbosa é outro alvo constante, identificado como “o grande mago”, sendo o Encilhamento considerado um “aborto hipotecário”.¹⁴

Além disso, são muitos os “aderentes” e poucos os que combatem a República – nem mesmo os representantes do interesse dinástico –, fato que o revolta e surpreende. Vê que são os críticos da monarquia que conduzem o movimento restaurador, no qual acredita firmemente: *Não se trata de combater mas só de levantar a bandeira. (...) Nós temos os melhores homens, os únicos homens, por que não se movem, não fazem alguma coisa?*¹⁵ Para isso, eram fundamentais, mas insuficientes, os publicistas como Eduardo Prado, que escrevia na *Revista de Portugal*, dirigida por Eça de Queirós, usando o pseudônimo Frederico S. O papel da imprensa no Brasil seria certamente o de “conduzir o caudal monarquista”, donde a importância de Rodolfo Dantas, com a criação do *Jornal do Brasil*, em abril de 1891, embora ele soubesse dos limites existentes para a atuação de um periódico de oposição ao governo.¹⁶

Em segundo lugar, Nabuco aponta a ameaça do militarismo, situado como um autêntico dilema entre a ordem e a liberdade, e de difícil ou impossível solução no ambiente republicano. Isso porque a República trouxera consigo os militares e também a anarquia, razão pela qual cada vez mais se aumentava a repressão, não se tolerando “nenhum grau de liberdade de opinião”. A República, em sua avaliação, era muito mais infensa às energias progressistas da época, do que o fora a Monarquia constitucional. Tudo isso faz com que termine o ano de 1890, recusando uma cadeira na Assembléia Nacional Constituinte, o que o tornaria um fundador do Estado republicano. Seu pessimismo era enorme, mas, exatamente por essa razão e não paradoxalmente, ele via no dilema entre ordem x liberdade, uma via para o fortalecimento do movimento restaurador e escrevia a Rio Branco, no início do governo Deodoro: *Estes 4 anos de Deodoro tirarão as últimas ilusões aos republicanos e farão da república uma palavra nauseabunda. Nesse ponto o Deodoro (...) não só foi o melhor que podia acontecer para uma Restauração próxima e a termo (hoje seria prematura), foi também a única coisa que podia acontecer a uma República Sul Americana.*¹⁷

O ânimo de Nabuco e suas crenças restauradoras, por conseguinte, oscilam razoavelmente no início da década de 1890, mas é possível dizer, pelo exame da correspondência com Rio Branco, que é durante o ano de 1891 que elas mais crescem, já que, para

ele, mesmo os céticos “trabalham sem o saber a nosso favor”. Vê-se então, claramente, que sua avaliação parte de duas fortes premissas relacionadas entre si: a de que a República, devido a seus graves problemas, iria inevitavelmente se esgotar; e a de que o povo era, de fato, monarquista. No primeiro caso, são muitas as indicações que sustentam esse tipo de diagnóstico/prognóstico mas, para o segundo, são poucas as razões aventadas para a crença. De toda forma, o que se depreende das cartas é um esforço de convencimento de Rio Branco, que não acompanharia tanto o seu otimismo restaurador: *Não sei porque você desanima. É preciso dar tempo ao tempo. Seria um mal a restauração antes do povo ter visto o desmoronamento do Ruyismo.*¹⁸ Tratava-se, naquele momento, de desenvolver uma estratégia política para lançar os republicanos uns contra os outros, pois eles mesmos já estavam se devorando. Animado, considerava que “tudo é monarquia”, menos na classe militar, não sendo difícil convencê-la de que, com o “fazendeirismo”, em breve o exército seria dissolvido e os quartéis transformados nas “senzalas dos oficiais”.¹⁹

Assim, embora verificasse que a República “estava sem oposição”, não tinha as esperanças abaladas. Em Londres, atento às críticas dos jornais ingleses à política de Rui Barbosa, ele conclui seu *Agradecimento*, enviando alguns exemplares para Rio Branco: *O que eu podia dizer do Imperador disse aí. (...) Eu não mandei ao Imperador o meu escrito para não parecer que eu imagino dar-lhe prazer com a minha pequena apologia, mas se V. julga que lhe daria algum, mande-o ao grande velho.*²⁰ Já em 9 de setembro de 1891, de volta ao Rio de Janeiro, Nabuco reafirma que o regime não estava fundado apenas porque não sofria resistências, e insiste em sua visão de que o povo era monarquista, considerando a República algo estranho. Cerca de um mês depois, ele é categórico: *A república está inteiramente desacreditada e pronta para cair de podre com satisfação geral.*²¹ Deodoro está doente e pode morrer de uma hora para outra, o que ativará os batalhões, podendo produzir saques e medo. O Congresso está desmoralizado, a crise financeira e a carestia são enormes, e a propaganda separatista ativa. Na lógica do quanto pior, melhor, Nabuco escreve: *tudo junto faz um belo horizonte.* E conclui: *Em suma pode acontecer de um instante para outro...o fim da república, sem ter sido a intenção de ninguém.*

As previsões de Nabuco não se realizaram. Quem morreu foi o Imperador, em 5 de dezembro de 1891, sendo que Deodoro renunciou, em meio a grave crise. Floriano Peixoto assumiu o poder, em 23 de novembro, para “pacificar” o país “com mão de ferro”, como se disse. Daí a explicação que dá a Rio Branco, quando em Lisboa, no final do mesmo ano: *Nós viemos de lá um tanto forçados. (...) Infelizmente o país não é habitável nesta quadra de terror, de clubs Tiradentes e de juramentos secretos. Não há garantia alguma para os homens que eles julgam capazes de fazer mal à República. Os jacobinos estão dentro da Polícia e em aliança íntima com a tropa. (...) Julgo a anarquia senhora definitivamente do país e precisando a cada dia de aumentar a compressão para evitar a volta da monarquia.*²² Nesse momento, ele “se sente no ar, sem saber o que fazer, sem interesse por nada, como quem perdesse todo o capital que acumulou, o que é literalmente uma realidade, uma vez que não só perdera o dinheiro do dote de sua esposa em investimentos realizados em Buenos Aires, como não havia conseguido se estabelecer com sucesso no Rio de Janeiro. Mas sua estada na Europa também não lhe traz bons resultados materiais, embora tenha sido ocasião crucial para sua “reconversão” ao catolicismo, como ele mesmo reconhece e assinala.

Há, nesse exato momento, uma interrupção na correspondência arquivada, retomada apenas em 1898,²³ quando Rio Branco está na Suíça, cuidando da questão do Amapá, ou seja, das fronteiras do Brasil com a França. O Barão é, a essa altura, um dos nomes reconhecidos da diplomacia republicana. Encarregado por Floriano Peixoto do litígio com a Argentina, relativo ao território de Palmas/Missões, submetido ao arbitramento dos EUA, Rio Branco fora vencedor, em 1895. Nabuco, por sua vez, ficara no Rio, reorientando sua crença restauradora, pois, desde 1893, passara a se dedicar à preparação da obra sobre a vida de seu pai. Na verdade, sem abandonar completamente as articulações políticas com grupos monarquistas, ele priorizara a defesa do Segundo Reinado em outro campo de luta. O tema da monarquia e da república, por conseguinte, permanecia dominando seu trabalho, mas não mais com grandes esperanças na restauração. O ano de 1893 foi dramático, como se sabe, pela Revolta da Armada, pelo início da Revolução Federalista e pelo começo da guerra de Canudos, que iria promover a trágica associação entre monarquia e barbárie, muito conveniente ao jacobinismo no poder. Mas, como igualmente se sabe, esse também foi um ponto de inflexão para a rearticulação dos republicanos civis²⁴ que, num jogo delicado de sustentação e negociação com Floriano Peixoto, acabariam por fazer seu sucessor, em março de 1894. A partir daí, a República começava a ter um novo curso, bem como a avaliação de seu passado imediato e mais remoto.

3. De monarquistas e republicanos: a década do caos no diálogo entre Nabuco e Oliveira Lima

A correspondência entre Nabuco e Oliveira Lima conduz a percursos distintos. É também do mesmo ano, o de 1882, a primeira carta que se encontrou escrita por Nabuco a Oliveira Lima, então estudando em Lisboa. Nabuco está em Londres, dedicado à escrita do texto que seria fundamental para a retomada de sua carreira política e para o direcionamento do movimento abolicionista no Brasil: *O abolicionismo*. Na carta, ele quer agradecer a um jovem a publicação de seu retrato e biografia na revista *Correio do Brazil*.²⁵ Ele está impressionado com o talento e a pouca idade do rapaz (então com cerca de 15 anos): *Acham-me para político moço demais; o que dirão porém quando virem que o meu biógrafo é um jornalista da sua idade? (...) Mal sabia eu que, no menino que me dava todas as notícias de última hora, estava um botão de jornalista a desabrochar a toda pressa voltado para o sol da pátria!* Esclarece então que seu “desterro” em Londres não é voluntário. Sentia-se um emigrado que procurava “ganhar a vida” e trabalhar em um meio favorável ao desenvolvimento das “faculdades que possui”, o que não podia realizar em seu país: *Todo campo de luta pela vida no Brasil está infelizmente dominado pela escravidão, e eu tornei-me seu mortal inimigo*. Em seguida, adverte: *Não vá agora cometer a indiscrição de publicar esta carta*. E se subscreve: *comprovinciano, colega e amigo*.²⁶

Um tipo de relação bem distinta daquela demarcada com Rio Branco, uma vez que a diferença de idade entre Nabuco e Lima estabelecia uma proeminência intelectual e política do primeiro, que será mantida durante todo o período em que são amigos. Um fato que, provavelmente, explica o sofrido rompimento ocorrido entre os dois por volta

de 1906, quando Nabuco já era o Embaixador do Brasil nos EUA e Lima um diplomata e historiador reconhecido nacional e internacionalmente. Uma amizade que parece não ter sofrido qualquer percalço com as afirmações de monarquismo de Nabuco, sobretudo após o início do regime republicano, uma vez que a trajetória de Lima seria bastante distinta.

No ano de 1890, já formado em Letras (1888), ele vem ao Rio de Janeiro para ser nomeado segundo secretário da Legação do Brasil em Lisboa, cidade que conhecia tão bem. Começa então sua carreira diplomática como funcionário da República, ao mesmo tempo que passa a se dedicar a seus escritos históricos.²⁷ Estes o levam, já em 1895, a ser colaborador da *Revista Brasileira*, núcleo de articulação da futura Academia Brasileira de Letras, onde estão Machado de Assis, José Veríssimo e Joaquim Nabuco, de volta ao Rio desde meados de 1892, após algumas tentativas de viver fora do Brasil. Como se viu, não era a primeira vez que Nabuco procurava, fora do Brasil, um ambiente mais propício a suas “faculdades”, mas no início da década de 1890, essa busca foi extremamente frustrante. No mesmo ano de 1895, Lima publicava *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico*, tornando-se sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, um dos mais prestigiados *loci* de sociabilidade do campo cultural da época, mesmo considerando-se o impacto sofrido com a queda da Monarquia. Mas é em 1896 que escreve *Sept ans de République au Brésil (1889-1896)*, publicado na *Nouvelle Revue*,²⁸ um texto que merece alguns comentários por razões de especial interesse para este artigo.

O livro é um dos melhores exemplos do que se pode considerar um texto de combate de idéias, nitidamente associado a um exercício de história imediata escrito por um historiador para um grande público, ou seja, com objetivos de ampla persuasão política. Além de demarcar o comprometimento de Oliveira Lima com o novo regime, os dois artigos, como Malatian assinalou, cumpriam a missão de defender o abalado conceito da República brasileira no exterior, o que era, sem dúvida, uma alta função da diplomacia naquele conturbado momento. A tarefa não era simples, uma vez que “os sete anos” abarcavam tanto a Revolta da Armada, quanto a Revolução Federalista, sem falar nos resultados da política do Encilhamento do ministro Rui Barbosa. Mas já se estava sob um governo civil, o de Prudente de Morais, embora ele não tivesse sofrido ainda o mal sucedido atentado à vida (1897) que, num efeito bumerangue, enfraqueceria tanto os jacobinos, quanto os monarquistas, ajudando o grupo do republicanismo histórico e moderado a se implantar efetivamente no poder.

Nesse preciso sentido, os artigos de Lima se inseriam em e respondiam a um conjunto maior de textos que proliferou nos anos iniciais da República, explicitando como o combate pelos rumos políticos do país valorava o campo cultural (e a história), dele se utilizando. Nesse conjunto, em defesa da Monarquia, os dois livros mais importantes são os do publicista Eduardo Prado. Eram eles: *Fastos da ditadura militar no Brasil*, reunindo artigos publicados na *Revista de Portugal* entre 1889 e 1890; e *A ilusão americana*, publicado em 1893 e apreendido pela polícia em São Paulo, o que acabou por levar seu autor a partir para a Europa, mas não o impediu de continuar a fazer propaganda anti-republicana e de participar da criação da Academia Brasileira de Letras, em 1897, escolhendo como patrono de sua cadeira o Visconde de Rio Branco.²⁹ Um pouco depois, entre 1899 e 1901, integrando e de certa forma encerrando esse movimento, um grupo

de monarquistas, reunindo intelectuais e políticos, iria publicar uma série de fascículos com o título geral de *A década republicana*, onde se procurava fazer um balanço crítico, extremamente negativo, do que ocorrera sob o novo regime.³⁰

A iniciativa de Oliveira Lima, vale lembrar, não era caso isolado de propaganda e defesa da República. Na época, existiram várias outras, como a do governador de Pernambuco, Barbosa Lima, em 1895, patrocinando a publicação de biografias que contribuíssem para uma “nova história” do Brasil,³¹ além do comprometimento imediato de intelectuais republicanos, como Silvio Romero que, no ano de 1890, lançou um manual de ensino cívico, intitulado *A história do Brasil ensinada pela biografia de seus heróis*, que recebeu o prefácio de outro grande nome das letras, João Ribeiro.³² Dois exemplos significativos pois chamam a atenção para o fato do espaço da literatura infantil, com destaque a escolar, estar sendo utilizado pelos intelectuais como campo de militância política, ao lado do jornalismo de combate, uma tradição de longa data. Não é mera coincidência, igualmente, a valorização do gênero biográfico como a melhor forma literária e pedagógica para se associar histórias de uma vida, de um regime e da pátria.³³

Além disso, “os sete anos”, aliados à correspondência privada do autor, são uma oportunidade para se refletir sobre suas idéias e a linguagem que usava para expressá-las, conforme o meio e o público leitor que visava. Isso porque, como destaca Malatian, nesses dois artigos, embora Oliveira Lima assumisse uma clara defesa do novo regime e das atividades que o ministério das Relações Exteriores vinha nele empreendendo, replicando os ataques dos monarquistas, o que se conforma na construção da história da República aí realizada, é uma espécie de “leitura conciliadora” com a experiência do Império.³⁴ Quer dizer, Lima afirmava sua fé republicana sem rejeitar ou romper com o passado monárquico do país. Uma estratégia que, sem dúvida, pode ser entendida por várias razões. Entre elas, a de um cuidado com o público estrangeiro (os artigos são escritos em francês, para serem lidos numa Europa com regimes monárquicos), passando pela delicadeza de sua posição como diplomata (que devia também agradar a governos estrangeiros), até alcançar uma preocupação de ordem historiográfica, que se torna aqui particularmente relevante. Ou seja, pode-se localizar nesse tipo de escrita da história (ainda que se tratasse de uma história imediata, movida pela persuasão política), uma certa diretriz na reconstrução do passado, que começava a ser praticada e para a qual se quer chamar a atenção.³⁵ Tratava-se de, mesmo reconhecendo e apontando a existência de erros, valorizar mais o passado do que atacar seus feitos e homens, atenuando-se a linguagem utilizada na narrativa e buscando-se, dessa forma, ganhar a simpatia do leitor. A idéia era que tal procedimento seria mais proveitoso aos fins da história do Brasil e da República, não causando prejuízo aos processos de crítica e de defesa das posições do historiador.³⁶

Portanto, uma linguagem “moderada”, combinada a um tipo de interpretação que valorava o passado e demarcava a continuidade do processo de formação da nação, tornava-se fundamental para afirmar uma certa concepção de história e seu papel pedagógico. Em palavras do próprio Oliveira Lima, em discurso no IHGB, tal proposta é bem fixada: *Não vos faço, meus caros consócios, a injúria de pensar que podeis sequer recear que o carinho pelo passado que se traduz pelo amor da verdade na evocação, e portanto da exatidão na sua documentação, possa ser suspeito de tendências reacionárias. O tradicionalismo é uma manifestação de progres-*

so e não de atraso: os povos só o cultivam quando atingem um grau elevado de adiantamento. Somente espíritos estreitos e obcecados de jacobinos eivados de paixão e fustigados pelo interesse (...) poderão pretender o contrário e querer romper a continuidade da nossa história, continuidade que faz a sua substância e beleza.³⁷ Por isso, para esse historiador (mas não só para ele), a escrita da história e seus objetivos teriam que ser forçosamente distintos daqueles praticados no jornalismo de combate, que precisava ser violenta e dura, e também daqueles das cartas, onde as críticas podiam ser mais diretas e francas.

Talvez por esse motivo, associado a um relacionamento anterior, seja possível entender o que se passou entre Nabuco e Lima. Em carta de 28 de novembro de 1896,³⁸ Nabuco agradece às amáveis referências feitas a ele nos artigos da *Nouvelle Revue*, que lhe foram mostrados por José Veríssimo. Pondera, com bom humor e ironia, que Lima sofria do “mal oposto” ao seu - otimismo x pessimismo -, ainda que considerasse que “sua doença seja mais alegre”. Reafirma então, com ênfase, o diagnóstico de que a República “é a liquidação nacional” e responde à defesa do regime feita por Lima: *O mais que os Republicanos podem dizer é que a decadência irremediável em que entramos, tão irremediável como a do Peru ou a da Espanha, não é uma questão de instituições, mas de raça. Isso talvez eu admitisse, acrescentando porém, que as instituições influem também, a Monarquia como freio e a República como impulsor*. E conclui, em tom amigo e revelador de suas impressões sobre os EUA, naquele momento, já que Lima se encontrava servindo na Legação de Washington: *Espero muito das suas impressões Americanas para a formação da sua opinião íntima a respeito da mudança que sofremos.*³⁹

Nabuco, nessa época, ainda está profunda e publicamente engajado com um projeto de defesa da Monarquia. São indicadores do fato, muito assinalados pela literatura, os artigos que escreve no *Jornal do Comércio*, reunidos e publicados em livro, sob o título *Balmaceda*, bem como a famosa carta resposta ao amigo republicano, o Almirante Jaceguay,⁴⁰ ambos de 1895. Nesse último caso, Nabuco fora instado, por uma carta aberta publicada em jornal, a reconsiderar suas opiniões monarquistas, entendidas como respeitáveis mas ilusórias, não só ante o estado de decadência vivenciado pelo Segundo Reinado em seus últimos anos, como ante “o fato inelutável” da República, bem ou mal organizada. O que Jaceguay realiza no texto, além de uma avaliação bastante negativa dos últimos anos do Segundo Reinado e do próprio Imperador, é um chamamento esperançoso ao amigo, diante de uma “fase de governo civil, constitucional, honesto e patriótico”, que encerrava um período turbulento e inaugurava uma nova experiência que, segundo ele, não seria efêmera e poderia dissipar as dúvidas dos brasileiros em relação à República.

A resposta de Nabuco, cerca de um mês depois, logo, pensada e medida para dialogar com o fraterno amigo e um amplo público leitor, é uma primeira reconstrução de sua trajetória monarquista desde 1890. Assim, pode ser entendido como um dos exercícios autobiográficos que esse intelectual empreende após o episódio da Proclamação. Na carta, Nabuco reafirma suas críticas à república norte-americana (“nunca o sentimento de desigualdade das cores foi tão forte como em uma República – os Estados Unidos”), sua visão “realista” da monarquia brasileira (nunca acreditou ser um governo perfeito), mas, mesmo admitindo que a “época do Terror” havia passado, continuava acreditando na impossibilidade da república no Brasil, ameaçada pelo poder autônomo dos estados da federação e aprisionada no dilema ordem x liberdade. Por tudo isso, mesmo entenden-

do que uma restauração monárquica não mais ocorreria, confessava seu “dever” de continuar sendo monarquista e negava seus préstimos ao novo regime.

Peça muito conforme aos debates políticos da época, essa carta aberta de Joaquim Nabuco pode ser vinculada ao manifesto de um Partido Monarquista, publicado logo depois no *Jornal do Comércio*, em janeiro de 1896, com sua assinatura ao lado da do Visconde de Ouro Preto e do Conde Afonso Celso, entre outros. Contudo, é bom observar que, quando boa parte desses mesmos homens, em 1899, buscou retomar a iniciativa para formar um outro partido monarquista, ele não mais compareceu com seu nome, bem como não escreveu em *A década republicana*. Entre 1894 e 1898, Nabuco vai mergulhar na redação da biografia de seu pai - *Um estadista do Império* -, tarefa que desempenhou como uma missão pessoal, intelectual e política.

São muitos os estudos sobre essa obra que se torna um clássico da historiografia brasileira,⁴¹ demarcando uma leitura sobre o Segundo Reinado que se impôs, quer pelas concordâncias, quer pelas discordâncias, desde seu lançamento muito festejado, em 1897, ano de fundação da Academia Brasileira de Letras, em que Nabuco figura como Secretário. Da ótica deste artigo, contudo, é o ano de 1896 que assinala um evento e pronunciamento muito esclarecedor para o diálogo que Nabuco vinha travando com Rio Branco e Oliveira Lima, particularmente no que se refere à sua visão do campo das letras e da história, como um espaço de debate entre projetos republicanos e monarquistas. Trata-se do discurso que pronunciou no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, em 25 de outubro de 1896, quando toma posse como novo associado da casa. Uma peça oratória que, assumindo-se a ótica de indicar um programa político-intelectual de Nabuco, poderia ser aproximada das indicações fornecidas em sua autobiografia - *Minha formação* -, que seria publicada em 1900, mas que reunia reflexões desenvolvidas entre 1893 e 1899, segundo ele mesmo.⁴²

No discurso, Nabuco deseja explicar os motivos que o fazem aceitar o convite como uma “obrigação moral”.⁴³ O primeiro deles se devia ao fato de ver o IHGB como “o abrigo mais tranqüilo e seguro” a que se possa confiar o vultoso material da história pátria, o que ele conhecia bem de perto, pelo trato com a documentação de seu pai, que guardava tudo que lhe dizia respeito. Sugeriu, por exemplo, a criação de lugares de “conservadores da história”, que recolhessem os “espólios políticos e literários de valor para o país”, função que poderia ser desempenhada por homens como Capistrano de Abreu. O segundo e mais importante motivo era o fato de entender que a história do Brasil atravessava uma grave crise, cujo resultado podia ser sua “mutilação definitiva”. Os agentes dessa ação eram uma “escola religiosa” (evidentemente os positivistas), que pretendia reduzir a história nacional a três nomes: Tiradentes, José Bonifácio e Benjamin Constant. A questão de Nabuco, entretanto, não era a de negar o “direito” a nenhum dos três como representantes gloriosos de nossa história. Ele não discute, inclusive, o lugar atribuído a Benjamin Constant, incontestavelmente o Fundador da República.⁴⁴ Mas não concorda que Tiradentes “resuma em si o ingente esforço pela independência”, a ponto de não se valorizar “os heróis pernambucanos de 1817”, ou de que José Bonifácio fosse mais destacado que Pedro I, até porque aquele se ligava muito mais à independência do que ao passado imperial.

Ou seja, o discurso de Nabuco explicita, de forma contundente, a batalha simbólica que vinha sendo travada na década republicana de 1890, tendo em vista um necessário ajustamento da galeria de heróis e acontecimentos da história nacional, o que implicava a entrada de novos elementos e uma redistribuição de papéis entre os já conhecidos. Algo que também ocorria nos postos da política que, mesmo abrigando nomes tradicionais - “aderentes” de última hora ou não -, também se abria a novos candidatos, cuja tradição começava a ser inventada com a República. Algo que certamente podia horrorizar a homens como Nabuco, por motivos diversos e expressos na imagem de uma “quadilha de analfabetos” que se achegava ao poder. Entretanto, no caso da disputa travada no terreno da escrita da história, o que mais preocupava Nabuco não era propriamente a galeria de nomes postulada, mas o que se pretendia significar com tais escolhas, donde seu diagnóstico de uma “história mutilada”. Isso porque, para ele, o projeto positivista/jacobino, além de fazer datar nossa história da Independência, como se não existisse uma história portuguesa do país, pretendia criar entre a Independência e a República um deserto de quase setenta anos, “a que posso dar o nome de deserto do esquecimento”. Esse era o grande problema: o programa da “escola religiosa” objetivava realizar uma ruptura entre Monarquia e República, apagando o Primeiro e o Segundo Reinados, e ignorando todo o progresso material, intelectual e moral então alcançados.

Ora, no momento em que o passado nacional corria tão grave risco, a entrada no IHGB - “onde a história goza ainda do direito de asilo” -, era um compromisso essencial de luta pela pátria. A proposta de Nabuco, que aliás estava em fase adiantada de realização, era a de escrever a história do Brasil para, não só afirmar o lugar do Segundo Reinado e de Pedro II, que via como um apogeu moral, como igualmente de postular uma concepção de história marcada basicamente pela continuidade e não por cortes revolucionários e desertos de esquecimento. Esse último aspecto, porém, é apenas sugerido no discurso do IHGB, estando mais claro em *Minha formação*, como Rezende de Carvalho adverte, ao destacar que o livro é menos uma autobiografia do que uma peça de persuasão política, na qual o autor afirma um liberalismo conservador e anti-revolucionário, mas reformista.⁴⁵ Porém, vale observar que, através de sua precoce autobiografia, Nabuco estava se agregando à galeria de personagens que compunha essa “nova” história do Brasil, até porque ela se abria, com a República, a nomes cuja atuação tinha data recente, como eram os casos evidentes de Benjamin Constant e Floriano Peixoto, entre outros.

Em *Minha formação* e também em *Um estadista do império* são as idéias de um espírito de reforma e de uma índole conservadora e pacífica que dominam a história do Brasil que está sendo narrada. Por isso, o futuro tinha que estar ligado ao passado das tradições do país, não havendo lugar para cortes e rupturas. Tratava-se, claramente, de uma proposta que buscava fundar a autoridade política na tradição, e não na força ou no carisma, como nos lembra a tipologia weberiana. Uma proposta que, vista com atenção, podia extrapolar em muito uma luta por um lugar de honra para o Segundo Reinado, para seu Parlamento ou para o conselheiro Nabuco de Araújo. Ela abria espaço para uma valorização do passado português, para as lutas da Independência, para as conquistas do período imperial e também para o próprio experimento republicano, sendo que o fundamental não era tanto uma disputa sobre regimes políticos - monarquia ou república -, mas o reconhecimento de um esforço contínuo e ininterrupto de construção da naciona-

lidade brasileira. Um esforço que, como se postulava, assentava na tradição a base da legitimidade do poder.

O reconhecimento da Monarquia (como dinastia, memória e história) não precisava se tornar um óbice à verificação de que a República era o regime que passara a representar os interesses do país. Se isso era possível (e conveniente), intelectual e politicamente, para Nabuco, também o era para o IHGB, mergulhado em dificuldades organizacionais desde a queda da Monarquia, devido a seus vínculos com o Imperador e com a proposta de restauração. Mas, essa era uma narrativa da história do Brasil que igualmente podia interessar aos novos governos republicanos civis, que desejavam se afastar da década do caos (ou seja, da força e do carisma), para construir um pacto político que buscava, no dizer de Renato Lessa e em outra chave, retomar a tradição imperial do Poder Moderador. Tanto é que, conta-se, Campos Sales, presidente eleito em 1898 e arquiteto da política dos governadores, leu *Um estadista do Império* e se convenceu de que Nabuco era o homem capaz de defender o Brasil na difícil questão de fronteiras com a Guiana Inglesa. Convidou-o e ele, afirmando-se monarquista, aceitou em nome da pátria.⁴⁶

4. De monarquista e republicanos: os anos 1900 e a República da “unidade nacional”

A década de 1900 abre-se, na correspondência desses três intelectuais diplomatas, sob a égide da entrada de Joaquim Nabuco no Itamaraty. Inicialmente (março de 1899), com seu aceite para representar o Brasil na questão de limites da Guiana Inglesa e, a seguir (agosto de 1900), com sua nomeação para chefe da Legação em Londres, em função da morte prematura do amigo comum, o ministro Souza Correia. De 1900 a 1910, o volume de cartas cresce nos arquivos consultados, sendo o período de maior intensidade aquele que vai de 1901 a 1906, aproximadamente. Durante essa segunda década republicana, Nabuco e Oliveira Lima ficarão quase todo o tempo fora do Brasil. Nabuco, basicamente em Londres, Roma e Washington, e Oliveira Lima, viajando muito, em Londres, Tóquio, Lima e Caracas e, em intervalos, no Rio de Janeiro. Já Rio Branco estará primeiro em Berna, aguardando o laudo do governo Suíço sobre a fronteira do Amapá, depois em Berlim e, por fim, no Considerando-se a ótica deste artigo, alguns eventos se destacam por ainda trazerem o tema da república para o debate, embora em contexto inteiramente diverso. Do mesmo modo, é interessante verificar como a correspondência, embora extremamente dominada por assuntos diplomáticos (logo, políticos), também vai assinalando o tipo de investimento intelectual dos missivistas, nessa década. Ou seja, pode-se ver como o tema da escrita da história e da condição de historiador vai permeando as cartas, ao lado dos assuntos profissionais e das relações afetivas, que se revelam íntimas e também conflituosas. Assim, além dos deslocamentos espaciais entre os correspondentes, o que se verifica é a existência de deslocamentos emocionais e também político-ideológicos, esses dois últimos bastante relacionados.

Nos casos de Rio Branco e Nabuco, a grande obra intelectual mencionada é a redação das Memórias relativas às questões de fronteira (a de Nabuco alcançou 18 volu-

mes), sendo a correspondência uma fonte que permite acompanhar o cotidiano de angústias, pesquisas, traduções, leituras, impressão, encadernação etc. Esse trabalho político/diplomático, na mais alta significação da palavra, pois traduzia a luta pela defesa do território, era realizado por uma equipe com funções especializadas e, em boa parte, concebido como ofício de historiador, que escreve e faz história, tantas eram as qualificações que exigia.⁴⁷ As Memórias, quer de Rio Branco, quer de Nabuco, aparecem na correspondência como um trabalho minucioso de pesquisa de documentos textuais e de mapas, que precisava se estruturar a partir de uma redação que argumentasse e convencesse o leitor/árbitro da justeza dos argumentos, o que não excluía as festas que precisavam ser oferecidas para complementar a persuasão do texto. Grande parte do diálogo entre esses dois amigos está repleta da troca de idéias e ponderações sobre o melhor proceder, com destaque para o papel de “orientador” de Rio Branco, mais experiente e vitorioso por duas vezes. Aliás, nos momentos próximos à divulgação do laudo suíço, que dá ganho de causa ao Brasil, Nabuco faz um prognóstico certo: o Barão se tornaria “indiscutivelmente um personagem nacional”, um “gigante” na política externa/interna, já que deixaria sua marca de norte a sul do território. Rio Branco não devia mais se preocupar (ele se julgava injustiçado na carreira e reclamava muito de suas finanças), pois seu futuro seria o de uma importante Legação, no mínimo.⁴⁸

Já a situação de Oliveira Lima era distinta e o que se vê, sobretudo por sua troca de cartas com Nabuco, é o aprofundamento de uma amizade e, ao ver deste último, o anúncio de uma carreira que seria brilhante tanto na diplomacia, como na história. Se Nabuco e Lima já se conheciam e se correspondiam, foi quando conviveram em Londres que um laço maior os uniu, bem como a suas famílias. Fica-se sabendo disso pelas cartas trocadas entre ambos, quando os Lima estavam no Japão. São inúmeras as menções ao prazer proporcionado pelas cartas de Oliveira Lima e pelos postais e fotos enviados por Dona Flora, sua esposa e fotógrafa amadora, que deleitavam toda a família Nabuco de Araújo: *Um dia eu as oferecerei a um editor; por isso não tenha medo que se percam. Graças a elas e ao Kodak de D. Flora estamos viajando em sua companhia desde que deixaram Londres.*⁴⁹

As cartas de Lima para Nabuco e, bem menos, para Rio Branco, dão sempre notícias de seu trabalho como diplomata e também como historiador, ficando evidente como ele se esforçava para conjugar as duas “missões”, sendo, entre os três, o que mais investia e se dedicava à escrita da história, conseguindo bastante sucesso e tornando-se um intelectual consagrado. Alguns exemplos são interessantes. Em 1900, em Londres, Lima escreve a Rio Branco falando de seu trabalho no Museu Britânico, onde já consultara 40 códices de manuscritos sobre o Brasil. Acreditava que, em quatro meses, concluiria o levantamento que permitiria a publicação de um catálogo que seria fundamental aos historiadores brasileiros.⁵⁰ Mas é Nabuco que dá a medida da produção e recepção da obra de Lima. Em fins de 1901, assinala que o livro *Reconhecimento* já vai para a segunda edição, e comenta: *Estou desejosíssimo de ver o seu livro. Só assim conhecerei o Japão.*⁵¹ Em meados de 1902, com a perspectiva da saída de Lima de Tóquio, o amigo lhe escreve convencido de que um posto promissor o aguardaria - talvez Washington -, devido ao sucesso de *Nos Estados Unidos: impressões políticas e sociais*, publicado em 1899: *O seu livro indicou-o, além do seu talento, que o põe na primeira linha da Carreira, o que na sua idade é muito bonito. Não vá o seu livro japonês contra indicá-lo, indicando-o para aí. Eu só vejo um defeito na*

nomeação: *estar ou continuar tão longe de nós (ponha o verbo no plural). (...) Como quer que veja, o seu nome acode logo em primeiro lugar a todos, mesmo a quem não o conhece pessoalmente. O senhor é assim em todo o sentido um arrivé. Não tenha pressa, portanto.*⁵² Em setembro do mesmo ano, Nabuco continua especulando sobre o futuro de Lima, talvez a Itália ou quem sabe o Chile, o que seria muito bom para os planos do novo trabalho, o *D. João VI no Brasil*, que já o entusiasmava: *Os pequenos postos para os autores de livros são os mais cômodos, ou então Londres, onde cada um vive como quer.*⁵³

Nesse exato momento, Rio Branco estava sendo conduzido ao ministério das Relações Exteriores e os prognósticos mais otimistas de Nabuco não se realizam. Ao contrário, começava a ocorrer um certo confronto entre o novo ministro e Oliveira Lima, na medida em que este retardava sua apresentação para o posto para o qual havia sido designado, no Peru, no momento da grave questão do Acre, que também envolvia os EUA.⁵⁴ Um confronto que se alonga e terá conseqüências decisivas para a carreira de Lima, que chega a pensar em abandonar a diplomacia. Nabuco lamenta profundamente o fato, aconselha paz e um *modus vivendi* entre “tão grandes homens” e diz ser uma pena não existir no Itamaraty um posto de “Delegado da História Nacional”. Seria o ideal literário de Oliveira Lima, que estava mergulhado nas “escavações” do *D. João VI*. Mas pergunta: se fosse assim, onde ficaria o outro ideal que deveria movê-los, o político? Por fim, escreve: *Se lhe fizesse o retrato, diria que o seu defeito é temperamento rebelde, ou amor próprio revolucionário, e a idéia de que vale por si mesmo, de modo a poder afrontar as divindades superiores. Ninguém vale por si ou tem valor próprio entre nós.*⁵⁵ Sábias palavras, mas que só até certo ponto surtem efeito. De toda forma, já em 1905, Nabuco está certo da qualidade do *D. João VI*, que será o sucesso das comemorações do Centenário da Abertura dos Portos, em 1908. *O Brasil está tomando gosto da sua história e há bem poucos lá que a possam escrever. Basta ver os Secretários etc. do nosso Instituto Histórico.*⁵⁶

A escolha de Rio Branco para o ministério foi um evento marcante nessa troca de cartas, como não poderia deixar de ser. De julho de 1902, quando o presidente eleito Rodrigues Alves endereça o convite, até setembro, quando o aceite fica decidido, a correspondência torna-se um lugar estratégico para Rio Branco consultar Nabuco, e para ambos tecerem considerações sobre a situação da República e as posições que poderiam assumir para nela influírem. Assim, alguns preciosos balanços são realizados, sendo que é freqüente que os amigos assumam a identidade/autoridade de historiadores para fazê-lo. O ponto de partida é a dúvida inicial de Rio Branco, que considera o cargo um sacrifício em sentido pessoal – financeiro e de saúde (“cair em pleno verão”) –, além de político: *Como ir meter-me imbróglho Acre no meio do fogo político Rio, entre gente toda nova para mim?*⁵⁷ Nabuco é que deveria ser o Chanceler: *É o homem mais completo que temos para essa pasta, não só pela preparação especial, mas também pelas qualidades brilhantes que possui e pela coragem de reformador. Tem, ademais, amor à vida política e, nessa posição, pelos serviços que sem dúvida prestaria, subiria no fim do quadriênio a posto em que poderia fazer muito mais pela nossa terra, numa clara alusão à presidência da República. A questão da Guiana Inglesa, portanto, não poderia ser um embaraço.*⁵⁸

A resposta de Nabuco é imediata. Rio Branco não devia hesitar, sendo essa uma oportunidade ímpar. Ele considerava a entrada do amigo no governo *uma ressurreição da grande época do nosso Brasil. (...) Você já escreveu, vá agora fazer história (...)*. Ele, em caso

algum, aceitaria tal convite, sendo uma “calamidade nacional” a resposta negativa dada por Rio Branco ao presidente eleito. E concluindo a análise: *O atual sistema é conservador. Não serve para um liberal como eu o presidencialismo, serviria porém para um conservador como V. É uma pena, e grande pena, a sua recusa do ponto de vista nacional, que é o único para nós que gostamos de história. (...) Ao contrário de V. eu não serviria para a pasta, por ser, como V. diz reformador, (político, entenda-se). Minha entrada exigiria minha inteira aceitação do atual regime constitucional, o que não posso fazer. Não falo da República, mas do modo por que ela está organizada. V. entraria sem política, e faria a sua política depois, de dentro, quando possuísse elementos para a ação.*⁵⁹

A dicotomia construída entre as categorias (conservador x reformador) explicita-se, na avaliação de Nabuco, pela estratégia aconselhada a Paranhos - se aliar ao Exército e à Armada - para implementar a “sua” política e decidir “a sorte do país”. Com a bandeira da “unidade nacional”, com tais aliados e o talento pessoal que possuía, não teria competidores. Rio Branco acabará cedendo, mas diz que o faz com a intenção de, resolvido o problema do Acre, em 1904, passar “a vara do Rio” a Nabuco: (...) *entendo que V. deve ir para o Ministério, e dessa posição saberá tirar partido para influir na nossa política interna – coisa de que não quero saber – e chegar à Presidência.* Nessa longa carta, datada de 30 de agosto de 1902, Paranhos reafirma seu projeto de conduzir Nabuco à chefia do governo e, respondendo às ponderações do amigo, realiza uma cuidadosa análise de vários dos impasses que dominavam o debate daquela conjuntura. Apesar de longa, vale a citação:

*Se o modo por que está organizada a República pudesse ser impedimento para que V. aceitasse a pasta das Relações Exteriores, também o seria para que eu a aceitasse. Nunca fui partidário da federação como a estabeleceram entre nós, com governadores eleitos por cada Estado. Sempre entendi que, desenvolvendo o Ato Adicional poderíamos ter a melhor das federações, a do tipo inglês, como existe no Canadá e Austrália. Sem falar na bancarrota de vários Estados e nos muitos abusos que neles se têm enraizado, os inconvenientes da federação à americana revelam-se até mesmo no que diz respeito à nossa política externa. Alguns incidentes da questão do Acre estão mostrando isso. Quanto ao chamado regime presidencial que lhe não agrada, entendo que é ainda o que nos convém por muito tempo. (...), sem dois grandes partidos, fortes e disciplinados, seria imprudente tentar o restabelecimento do regime parlamentar. Os ministérios representariam apenas as coligações transitórias dos grupos estaduais, isto é, a liga de pequenos interesses e intrigas de campanário. (...) As grandes reformas políticas não podem ser feitas da noite para o dia. Você (...) as tentará oportunamente (...) esforçando-se para que possamos ter uma República melhor do que a atual; mas, com os cabelos brancos que V. já tem, não poderá deixar de reconhecer hoje que, depois de tantas reformas precipitadas e inconsideradas, o de que precisamos é de fortalecer e desenvolver os elementos conservadores, por termo às agitações e à anarquia e assegurar, acima de tudo, a unidade nacional.*⁶⁰

Nabuco exulta com a decisão de Paranhos - (...) *V. historiador, historiador militar, sabe que sacrifício fizeram quase todos que representaram grandes papéis na história (...)* – e faz seu próprio projeto/conselho político, trazendo o tema do pan-americanismo para a correspondência: *Eu sou um forte Monroísta, como lhe disse, e por isso grande partidário da aproximação cada vez maior entre o Brasil e os Estados Unidos. Se eu fosse Ministro do Exterior (e o Presidente o consentisse) caminharia firme nesse sentido, e em vez de pensar em mim para suceder-lhe daqui a dois*

*anos, deveria talvez V. pensar em fazer-me colaborador seu naquela política (...), mandando-me a Washington sondar o terreno. Deixemos, porém, o futuro.*⁶¹

A forma como, principalmente Nabuco, se serve da dimensão do fazer e escrever história para fortalecer seus argumentos é muito elucidativa e vincula-se à idéia de *Nós nos falamos e escrevemos sempre com tanta franqueza e colaboramos tanto juntos nos últimos vinte e cinco anos (...)* que eu não suponho que V. leve a mal nada do que eu como historiador lhe diga a respeito de uma situação a que seu nome ficará vinculado!⁶² Ele está preocupado com as acusações que estão sendo feitas ao governo anterior (que teria abandonado a integridade do país no Acre), e também com a linguagem usada em relação aos EUA, muito agressiva, o que não nos interessava. Portanto, desde 1902, vê-se que Nabuco passa a declarar sua franca adesão à doutrina Monroe, advogando uma transformação no eixo da política exterior brasileira – da Europa para a América –, sugerindo-a a Rio Branco e oferecendo-se para a Legação de Washington.

Um deslocamento interessante, sobretudo considerando-se seu conhecimento e visão crítica dos EUA, muito evidente, por exemplo, quanto adverte Oliveira Lima por suas simpatias às repúblicas brasileira e norte-americana, manifestadas no livro, *Nos Estados Unidos*, já mencionado. Uma mudança que seria vista com surpresa e desencanto por Lima que, aproximadamente no mesmo período, passa a defender uma proposta de pan-americanismo um pouco distinta da que seria seguida oficialmente pelo governo, com Rio Branco e Nabuco à testa. Considerando os limites e objetivos deste artigo, importa apenas registrar que Lima irá postular um tipo de aproximação maior do Brasil com os países da América do Sul, especialmente Argentina, Uruguai e Chile, para que o país pudesse estar mais “protegido” da política de boa vizinhança do forte vizinho do norte. Uma questão que, ainda que fosse de pesos e equilíbrio nas alianças internacionais, trazia visões críticas distintas em relação aos EUA.

É difícil acompanhar pelas cartas as causas e o desenvolvimento dessas reorientações, mas é fácil perceber seu resultado. Nabuco, que já havia sofrido o revés do laudo arbitral do Rei da Itália (considerado por ele uma derrota, embora saudado como uma vitória no Brasil), acabava de ser nomeado embaixador brasileiro em Washington. Esse é um período chave na trajetória de Joaquim Nabuco.⁶³ Sob os auspícios de Rio Branco, será considerado um herói no Brasil, conseguindo que o Rio de Janeiro se tornasse a sede da III Conferência Pan-Americana, em 1906. Será nessa oportunidade que, em um banquete a ele oferecido, discursará afirmando publicamente sua adesão ao regime que tanto combateu. Dessa maneira, ritualmente, retoma o fio da autobiografia que interrompera em 1899: *Senhores, eu não me separei de repente do partido monarquista: eu levei dez anos nessa lenta evolução que me fez ceder à invencível prescrição da história.*⁶⁴ E, segundo ele mesmo nos últimos cinco anos, fizera mais pela Monarquia do que qualquer outro, *levantando os homens de Estado do antigo regime ao pedestal que eles hão de ficar, e elevando ao Imperador, ao mesmo tempo que por piedade filial cumpria um dever para com a memória de meu pai, um monumento (...)*. Considerava-se um brasileiro de sorte, pois quis o destino que o vazio deixado em sua alma pela causa da abolição, tivesse sido preenchido por outra grande causa: *Refiro-me à aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos.*

Abolição e pan-americanismo são colocados lado a lado para dar sentido à trajetória de vida e mobilização político-patriótica de Nabuco. Tal equiparação dá bem a

medida da importância que ele atribuía, e que queria que fosse atribuída por todos, à causa do pan-americanismo. Esse engajamento é justamente o pomo da discórdia com Oliveira Lima, cada vez mais crítico aos interesses norte-americanos, e mais favorável a uma união dos países latino-americanos como forma de se estabelecer um certo equilíbrio diante do poder dos EUA. Algo que Nabuco não aceita e vê como muito perigoso, o que acabaria, em 1906, com a correspondência e a amizade entre os dois, de maneira amarga.

Isso vai ocorrer porque Nabuco seguirá caminho inverso, como ele mesmo assinala em carta a Rio Branco, em 1908: (...) *estou dedicando o resto de minha vida ativa à aproximação íntima dos dois países (...)*.⁶⁵ Nesse momento, inclusive, sentia-se preocupado com os rumos que as relações entre Brasil e EUA estavam tomando⁶⁶, pois estava absolutamente convencido de que se o povo ou o governo norte-americanos se convencessem *de que lhes desejamos mal, nossa integridade não valeria muito*. Como poderíamos nos defender ou a territórios como Fernando de Noronha? Passara-se o momento dos publicistas e dos artigos como os do amigo Eduardo Prado. O mundo era outro: *Não, deixemos a Ilusão Americana de lado. No tempo em que foi escrita, era um desabafo inocente. Hoje que há uma política mundial ativa por toda parte, seria um auxiliar das cobiças estrangeiras*. E insiste em sua posição radicalmente contrária ao “absurdo” da proposta de Zeballos, diplomata argentino,⁶⁷ de elaborar uma liga de países na América do Sul, o que arriscaria as relações com os EUA, a quem teríamos que recorrer em qualquer grave crise. Chega a ponto de afirmar que preferia perder o posto a ter que explicar ao Secretário de Estado, Mr. Root, e ao presidente dos EUA, uma alteração do eixo de segurança brasileiro dos EUA para o rio da Prata. Por fim, é categórico quando diz que uma aliança do Brasil com a Argentina e o Chile seria “o dobre fúnebre” de todo o seu trabalho de aproximação com os EUA.

Tal posicionamento, aliado ao “temperamento rebelde” de Oliveira Lima leva ao rompimento das comunicações entre os dois. Surpreendentemente, porém, algo um tanto distinto começa a se passar na troca de cartas entre Rio Branco e Oliveira Lima. Desde 1902, como se assinalou, ocorrera um afastamento entre o Chanceler e Lima, o que parece só se atenuar em 1905, quando este, em Caracas, consegue solucionar um problema de demarcação de fronteiras entre o Brasil e a Venezuela. Assim, a despeito das posições sustentadas por Oliveira Lima, que publica, em 1907, o livro *Pan-americanismo (Monroe – Bolívar – Roosevelt)* e, um ano depois, lança o seu *D. João VI no Brasil*, sua carreira segue um curso razoavelmente satisfatório. Tanto é que, no ano de 1908 é nomeado para Bruxelas e também Estocolmo. De Paris, escreve uma carta longa, cheia de projetos a Rio Branco.⁶⁸ Primeiro, elogia a habilidade de Paranhos em evitar um conflito com a Argentina. Reconhece que este país quer ser a primeira potência da América do Sul, acreditando-se, na Europa, que o Brasil lhe é inferior por ter um povo de mestiços e uma capital pouco aparelhada. Uma situação que não pode ser aceita pelo Brasil que, depois dos EUA, deve ser a segunda nação da América e do mundo, até porque “não temos mais a desculpa da monarquia”. Era preciso progredir, povoar o território e enchê-lo de portos, vias férreas etc. Principalmente, era preciso preparar a cidade do Rio de Janeiro para que todo latino-americano nela encontrasse tudo o que de material, moral ou cientificamente possa desejar. Era fundamental que todos, na América, admirassem o Rio, como

se admirava Paris na Europa; isso até a construção da nova capital modelo, em Goiás, com os mesmos melhoramentos, o que não devia tardar. Rio Branco, que era “uma glória nacional” e “o primeiro brasileiro” tinha um papel fundamental na tarefa que ele vislumbrava imensa e alvissareira para o país.

Projetos muito interessantes vindos da parte de um homem que começaria a ser identificado com a Monarquia, tanto devido a seus livros, quanto em função das críticas que fazia aos rumos do pan-americanismo e da própria política interna republicana. Em 1910, ano da morte de Nabuco, Oliveira Lima apóia Rui Barbosa e o civilismo, na campanha contra Hermes da Fonseca, o eleito à presidência. Certamente um apoio que lhe foi fatal, pois não é difícil imaginar outra trajetória para sua carreira, caso Rui Barbosa fosse o vencedor. Não casualmente, em 1913, logo depois da morte do Barão, sua indicação para a chefia da Legação de Londres é vetada pelo Senado, que o considerou suspeito de monarquismo. Uma ironia para um defensor da República na difícil conjuntura da década do caos, embora fosse ele um crítico ferrenho de políticos e políticas republicanas e um admirador do século XIX e do passado imperial.

Um golpe que o orgulho de Oliveira Lima não suportou, levando-o a se afastar da carreira diplomática e a se dedicar, finalmente, ao posto imaginado por Nabuco: o de Delegado da História Nacional, em Washington. Nessa cidade, ele estabelece sua biblioteca, um particular lugar de memória para si, para o Brasil e para a Ibero-América. Aí trabalhou até a morte, em 1928, escrevendo para jornais, revistas e também produzindo livros de história do Brasil e de Portugal.⁶⁹

Notas

* Ângela de Castro Gomes é Doutora em Ciência Política pelo IUPERJ, Pesquisadora do CPDOC/FGV e Professora Titular de História do Brasil da UFF. É uma das organizadoras de *A República no Brasil*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2002.

1 Um dos textos que estabelece esse diagnóstico é José Murilo de Carvalho, *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*, São Paulo, Cia. das Letras, 1990. É bom observar, contudo, que o autor está trabalhando com os primeiros anos do regime e não com toda a Primeira República.

2 A correspondência examinada está assim distribuída. São 106 cartas do Barão do Rio Branco, sendo 74 para Nabuco e 32 para Oliveira Lima. São 194 cartas de Joaquim Nabuco, sendo cerca de 150 para Rio Branco e 44 para Oliveira Lima. São 31 cartas de Oliveira Lima escritas para Rio Branco. Todas elas foram localizadas nos seguintes acervos documentais: Arquivo do Palácio do Itamaraty (PI), no Rio de Janeiro; Arquivo Joaquim Nabuco (AJN), na Fundação Joaquim Nabuco, no Recife; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), no Rio de Janeiro; e Oliveira Lima Library (OLL), Catholic University of América, em Washington. Todas as cartas foram organizadas e digitadas em um banco de dados, integrando um projeto de pesquisa apoiado pelo CNPq, intitulado “Correspondência de historiadores: o IHGB no início da República”. Desejo agradecer a Ana Carolina Pereira, Luigi Bonafé e Márcio Ferreira Vilela que, no Rio e no Recife, auxiliaram-me no levantamento e processamento de todo esse material de pesquisa.

3 O conceito de história imediata está sendo entendido como proposto em Chaveau et Tétart, *Questions à l'histoire des temps présents*. Paris, Ed. Complexe, 1992. Trata-se de uma primeira organização e reflexão sobre os eventos contemporâneos do analista, que pode ser um historiador, um jornalista, um político, um literato etc. A história imediata, distinta da história do tempo presente, é um primeiro registro e um tipo de documento a ser analisado, posteriormente, pelo historiador de ofício, ganhando particular interesse quando produzido por alguém que reivindica a condição de historiador ou pensador político e social, como no caso examinado. A correspondência e os artigos de idéias publicados na imprensa podem ser, a meu juízo, fontes riquíssimas, mas

pouco exploradas, do que se chama história imediata, embora eu reconheça que tal designação está longe de eliminar dificuldades no trato do “presente”, inserindo-se num debate complexo e atual.

4 Já me dediquei a examinar a importância e as características desse tipo de “escrita de si” em outro texto, razão pela qual não retomo aqui tais reflexões. Ver Ângela de Castro Gomes, “Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo”, em Ângela de Castro Gomes (org.), *Escrita de si, escrita da história*, Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2004.

5 Renato Lessa, *A invenção republicana*, São Paulo, Vértice, 1988.

6 Carta expedida de Brighton, 117 Western Road, com a seguinte despedida: “Todo seu sempre Joaq. Nabuco. API, lata 832, maço 1, pasta 01.

7 Carta do Rio, com a despedida: “Seu do C. [coração] Joaq. Nabuco”. PI, lata 832, maço 1, pasta 01.

8 PI, lata 832, maço 1, pasta 01.

9 Carta s/d, Rawling’s Hotel, Londres. Por isso, imagina-se que seja do primeiro semestre de 1892. PI, lata 832, maço 1, pasta 01.

10 Carta de 22 de maio de 1890, quando se encontra em Águas de Lambari. PI, lata 832, maço 1, pasta 01.

11 idem.

12 Joaquim Nabuco, *Cartas a amigos (coligidas e anotadas por Carolina Nabuco)*, São Paulo, Instituto Progresso Industrial, 1949, v. 1, p. 184.

13 Carta de 31/07/1890, escrita de Paquetá. PI, lata 932, maço 1, pasta 01. As citações seguintes são desta carta.

14 Carta s/d, datada provavelmente de maio de 1891, pela menção ao novo ministro Afonso de Carvalho, “um fossil da Bahia”. PI, lata 832, maço 1, pasta 01.

15 Carta s/d, Cheyne Gardens, provavelmente logo após fevereiro de 1891, pois ele comenta: “o povo recebeu com apatia a constituição”. PI, lata 832, maço 1, pasta 01.

16 Nabuco reconhece que o jornal correria riscos se conduzisse uma aberta luta pela restauração, podendo defender “no máximo” uma república melhor. O *Jornal do Brasil* chega, de fato, a sofrer ataques, e entre 1º de outubro de 1893 e 14 de novembro de 1894, último ano do governo de Floriano Peixoto, sai de circulação.

17 Carta s/d, enviada 16 Cheyne Gardens, Londres, o que permite situá-la no primeiro semestre de 1891. Deodoro foi eleito em 25/02/1891. PI, lata 832, maço 1, pasta 01.

18 Carta incompleta, s/d, 16 Cheyne Gardens, primeiro semestre de 1891. PI, lata 832, maço 1, pasta 01.

19 Carta de 25/05 provavelmente de 1891. PI, lata 832, maço 1, pasta 01.

20 Carta s/d, de Londres, primeiro semestre de 1891. PI, lata 832, maço 1, pasta 01.

21 Carta de 18/10/1891, Rio. PI, lata 832, maço 1, pasta 01. As citações seguintes são dessa carta.

22 Carta s/d, do Hotel Bragança, Lisboa, provavelmente início de 1892. PI, lata 832, maço 1, pasta 01.

23 Em carta de 25/10/1898, do Rio, Nabuco parabeniza Rio Branco por sua eleição para a Academia Brasileira de Letras e reclama por ter sido posto de lado na sua correspondência. PI, lata 832, maço 1, pasta 01.

24 Em fins de 1893 funda-se o Partido Republicano Federal de oposição a Floriano e aos governos militares.

25 Tratava-se de uma revista mensal, da qual Lima era o editor. Sua primeira fase vai até 1883.

26 Carta de 14/10/1882. OLL/CUA.

27 Oliveira Lima é considerado um discípulo do grande historiador português Oliveira Martins, sendo um conhecedor do campo historiográfico europeu, particularmente devido à sua formação em Letras. Sobre a trajetória do autor, ver Teresa Malatian, *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*, Bauru/EDUSC, São Paulo/FAPESP, 2001.

28 *Extrait de La Nouvelle Revue*, 1 et 15 août 1896, Paris, Librairie de la Nouvelle Revue, 1896.

29 Ver Lúcia Lippi Oliveira, “Eduardo Prado: A ilusão americana”, em Lourenço Dantas Mota (org.), *Um banquete no trópico*, São Paulo, Senac, 2001, v. 1, p. 133-150.

30 *A década republicana*, Rio de Janeiro, Companhia Tipográfica do Brasil, 1899-1901, 7 vol. Sobre o volume ver Maria de Lourdes Mônaco Janotti, *A década republicana: um libelo político sobre o Estado Nacional*, USP, mimeo, 2002.

31 Teresa Malatian, op. cit., p. 102.

32 Silvio Romero, *A história do Brasil ensinada pela biografia de seus heróis (livro para as classes primárias)*, Rio de Janeiro, Livraria Clássica de Alves, 1890. O gênero biográfico era conhecido e cultivado no período, cabendo registrar de Cristiano Ottoni, *Biografia de Teófilo Ottoni* (1870) e de André Rebouças, *Recordações da vida patriótica do advogado Antônio Pereira Rebouças* (1879).

33 Outro exemplo poderia ser o livro de Rodrigo Otávio, *Festas nacionais*, de 1893, com prefácio de Raul Pompéia. O livro e o prefácio acabam por produzir reações devido aos ataques que lança ao Segundo Reinado e

às “forças reacionárias e sebastianistas” que combatiam a República. Lúcia Lippi Oliveira, “As festas que a República manda guardar”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Vol. 2, n. 4, 1989, p.172-89.

34 Teresa Malatian, op. cit., p. 11.

35 Essa é uma hipótese de trabalho que ainda está sendo desenvolvida e deve ser mais testada, mas que é considerada fundamental para a construção do campo historiográfico e da narrativa da história do Brasil no início da República.

36 Em seu discurso de posse na ABL, em 12 de dezembro de 1928, na vaga de Oliveira Lima, Alberto de Faria insiste nessa preocupação de seu amigo e antecessor. Segundo ele, o próprio Oliveira Lima, com quem inclusive se indisputara via imprensa, havia lhe falado sobre suas diferentes estratégias e objetivos, quando escrevia para jornais ou quando escrevia livros de história. No caso do jornalismo e da política era forçoso ser duro, não importando a quem se podia ferir, sendo preferível calar do que mentir. No caso da história, o fundamental era “educar para o patriotismo”, aprimorar o “espírito público nacional”, especialmente se o público era escolar. “Recepção do Sr. Alberto de Faria”, *Revista da Academia Brasileira de Letras*, Rio de Janeiro, Anuário do Brasil, Ano XX, jan. 1929, n. 85, p.80-1.

37 Oliveira Lima, “O atual papel do Instituto Histórico”, Barbosa Lima Sobrinho (org), *Obra seleta*, Rio de Janeiro, INL, 1971, p. 723. O discurso não está datado, mas certamente é do século XX, sendo posterior aos *Septis ans.*

38 Carta de 28/11/1896, Rua Marques de Olinda, 12, Rio de Janeiro. AJN, cap. 14, doc. 191.

39 Nabuco certamente sabia que Lima estava escrevendo um livro, que seria publicado em 1899: *Nos Estados Unidos. Impressões políticas e sociais*. Um livro que foi bem recebido no Brasil e nos EUA e onde as esperanças de Nabuco não se realizaram, pois, nele, Lima não se mostrou desiludido nem da república americana, nem da brasileira, considerando-as mais capazes de realizar o progresso das nações do que as monarquias.

40 A carta de Jaceguay chama-se “O dever do momento” e é de 2 de setembro de 1895. A resposta de Nabuco, “O dever dos monarquistas”, data de 10 de outubro de 1895. Os textos foram consultados em José Almino de Alencar e Ana Pessoa (orgs.), *Joaquim Nabuco: O dever da política*, Rio de Janeiro, Ed. Casa de Rui Barbosa, 2002, p. 59-90.

41 Entre os numerosos e excelentes estudos existentes, é interessante citar o recente livro de Ricardo Salles, *Joaquim Nabuco: um pensador do Império*, Rio de Janeiro, Topbooks, 2002, Segunda Parte e também o artigo de Luiz Felipe de Alencastro, *Joaquim Nabuco: Um estadista do Império*, em Lourenço Dantas Mota (org.), *Um banquete no trópico*, São Paulo, Senac, 2001, vol. 1, p.113-131.

42 Sobre esse livro ver, entre outros, Maria Alice Rezende de Carvalho, *Joaquim Nabuco: Minha formação*, em Lourenço Dantas Mota (org.), *Um banquete no trópico*, São Paulo, Senac, 2001, vol. 2, p. 219-236.

43 *Revista Trimestral do Instituto Histórico*, IHGB, tomo 59, v. 94, 1896, p. 308-315. Todas as citações seguintes são dessa fonte.

44 Com certeza Nabuco tinha em mente a biografia que O Centro Positivista Teixeira Mendes publicara sobre Benjamin Constant e que ele criticara como um exemplo do “espírito de seita” na criação deliberada e sistemática de “legendas”. Luiz Felipe de Alencastro, op. cit., p. 121.

45 Marco Antônio Pamplona chama atenção para essa face do liberalismo na América Latina, na virada do século XIX para o XX, nomeando-o como “arielismo”, em função do livro de José Enrique Rodo, de 1900. “Uma perspectiva “arielista” entre os homens públicos brasileiros da virada do século: a visão dos Estados Unidos nos escritos de Joaquim Nabuco e Oliveira Lima” em *Letterature d’America*, *Revista trimestrale*, Bulzoni Editore, anno XIII, n. 51, 1995, p. 71-90.

46 De forma geral, a literatura que comenta a obra de Nabuco destaca a importância do último capítulo de *Minha formação* para o entendimento dessa decisão, formulada como uma obrigação no serviço da pátria.

47 É sintomática a preocupação de Nabuco com o envio dos poucos exemplares de suas Memórias para certas instituições e pessoas. No primeiro grupo, além do Itamaraty e outros ministérios, estão a Academia Brasileira de Letras, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Gabinete Português e a Faculdade de Direito; no segundo, o almirante Jaceguay, Machado de Assis, José Veríssimo e Capistrano de Abreu, entre outros.

48 Carta de Nabuco a Rio Branco de Londres, 17/08/1900. PI, lata 832, maço 1, pasta 01.

49 Carta de Nabuco para Lima, Londres, 11/08/1901. OLL/CUA.

50 Carta de Oliveira Lima a Rio Branco, 1/08/1900. PI, lata 827, maço 4, pasta 29.

- 51 Carta de Nabuco a Lima em 13/11/1901. OLL/CUA. Refere-se aos livros, *História diplomática do Brasil: o reconhecimento do Império*, publicado em 1901 e que teve segunda edição em 1902, e *No Japão: impressões da terra e da gente*, que sai em 1903. Nesse mesmo ano é publicada, pelo IHGB, a *Relação de manuscritos portugueses e estrangeiros de interesse para o Brasil, existentes no Museu Britânico de Londres*.
- 52 Carta de Londres em 6/06/1902. AJN, cap. 19, doc. 363.
- 53 Carta de Nabuco a Oliveira Lima, Haia, 24/09/1902. AJN, cap. 20, doc. 387.
- 54 Na virada do século XIX para o XX, milhares de nordestinos, fugindo das secas e buscando enriquecimento com a borracha, migraram para a região do Acre boliviano. Após várias tentativas de impor sua dominação, a Bolívia, em meados de 1901, resolve arrendar os direitos de administração da região para um grupo norte-americano, o Bolivian Syndicate. A revolta dos seringueiros brasileiros, contando com apoio político e financeiro de comerciantes de Manaus, é imediata. É nesse contexto que Rio Branco é convidado a assumir a pasta das Relações Exteriores, o que implicará um novo direcionamento da posição do Brasil, que passará a reclamar o Acre, mobilizando inclusive tropas. Em 1903, a Bolívia reconhecerá a derrota militar na guerra do Acre, e em 1904, o Tratado de Petrópolis, que regula a compra do território, é sancionado pelo Congresso brasileiro.
- 55 Cartas de Nabuco a Oliveira Lima em 8/03/1904, AJN, cap. 23, doc. 453 e de 10/09/1904, AJN, cap. 26, doc. 130.
- 56 Carta de 17/11/1905, AJN, cap. 34, doc. 674.
- 57 Bilhete de Rio Branco a Nabuco, Berlim, 7/07/1902, PI, lata 832, maço, pasta 01.
- 58 Carta de 28/07/1902, PI, lata 832, maço 1, pasta 01.
- 59 Cartas de 7/07/1902 e 30/07/1902, PI, lata 832, maço 1, pasta 01. Grifos do autor.
- 60 Carta de Berlim, 30/08/1902. PI, lata 832, maço 1, pasta 01.
- 61 Carta de 7/09/1902, de Londres. PI, lata 832, maço 1, pasta 01.
- 62 Carta de Nabuco a Rio Branco de 21/04/1903. PI, lata 832, maço 1, pasta 01.
- 63 A trajetória republicana de Nabuco, o investimento do regime para torná-lo um herói e sua própria contribuição nesse processo foram o objeto da Monografia de Bacharelato de Luigi Bonafé, *Como se faz um herói republicano: Joaquim Nabuco e a República*, UFF, 2004. Em sua dissertação de mestrado o tema continuará sendo investigado.
- 64 “A república é incontestável”, discurso no Cassino Fluminense, em 19/07/1906, publicado na *Gazeta de Notícias* em 20/07/1906. Manoel Correia de Andrade (org.) *Joaquim Nabuco: a abolição e a república*, Recife, UFPE, 1999, p. 93-103. Todas as citações a seguir são deste texto.
- 65 Carta de Nabuco a Rio Branco, Washington, 18/01/1908. PI, Lata 832, maço 1, pasta 01.
- 66 Nabuco refere-se ao estremecimento gerado pela II Conferência Internacional de Haia, realizada em 1907, entre outras questões.
- 67 Refere-se a Estanislao Severo Zeballos (1854-1923), intelectual, político, jornalista e diplomata argentino. Amigo pessoal de Oliveira Lima, chegou a ocupar o posto de ministro das Relações Exteriores da Argentina (em 1889, em 1891 e entre 1907 e 1908). Zeballos foi derrotado na Questão de Limites arbitrada pelos EUA, e acreditava que o Brasil tentava isolar seu país, com apoio norte-americano. Foi, com Oliveira Lima, um grande opositor do pan-americanismo (baseado numa releitura da Doutrina Monroe) e da política exterior implementada pelo barão do Rio Branco, chegando a propor a provisão de armamentos para um possível conflito militar com o Brasil, o que lhe custou o cargo, em 1908. Intelectual de grande prestígio na Argentina, fundou e dirigiu, entre 1898 e 1923, a *Revista de Derecho, Historia y Letras*.
- 68 PI, Lata 827, maço 4, pasta 29.
- 69 Entre eles, *História da civilização*, escrito sob encomenda do governo de São Paulo para suas escolas de formação de professores primários. Um trabalho que muito o envolveu, pois considerava que esse estado tinha papel fundamental e inovador no ensino público do Brasil. O livro seria publicado em 1921, estaria nas várias bibliotecas paulistas e chegaria a ter dezesseis edições, a última de 1967.